

## **OS REFLEXOS DA PARTICIPAÇÃO DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO EM ATIVIDADES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O CANTO E O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO "RECONHECENDO EMERGÊNCIAS NO LAGAMAR: PROPOSTA INTEGRADA DE INTERVENÇÃO"**

*LOS REFLEJOS DE LA PARTICIPACIÓN DE ESTUDIANTES DE GRADUACIÓN EN ACTIVIDADES DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA: CANTO Y EL DESARROLLO DEL TRABAJO FINAL DE GRADUACIÓN "RECONOCIENDO EMERGENCIAS DE LAGAMAR: PROPUESTA INTEGRADA DE INTERVENCIONES"*

*THE EFFECTS OF UNIVERSITY EXTENSION ACTIVITIES PARTICIPATION TO UNDERGRADUATE STUDENTS: CANTO AND "RECOGNIZING EMERGENCIAS IN LAGAMAR: INTEGRATED PROPOSAL FOR INTERVENTION" GRADUATION PROJECT DEVELOPMENT*

EIXO 3 – Interfaces entre universidade e sociedade através do projeto: ensino, Pesquisa e extensão.

**Luciana Alencar Ximenes**

Arquiteta e Urbanista graduada pela Universidade Federal do Ceará

**Rebeca Gaspar Maia**

Arquiteta e Urbanista graduada pela Universidade Federal do Ceará; Bolsista de Desenvolvimento Tecnológico Industrial do CNPq

**Resumo:** O papel essencial que a Extensão desenvolve na Universidade amplia-se na produção do conhecimento de Arquitetura e Urbanismo tendo em vista que o espaço urbano é seu maior objeto de estudo e atuação, o qual, nas cidades brasileiras, configura-se como território segregado reflexo das grandes disparidades sociais existentes. Diante deste contexto, o presente trabalho busca abordar as influências da participação de estudantes de graduação em atividades de Extensão Universitária, em especial nos Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo (EMAU). Para isso, apresentam-se as principais temáticas direcionadas as atividades extensionistas no âmbito da arquitetura e do urbanismo, principalmente relacionado com a consolidação do Direito a Assistência Técnica e ao seu papel social. A fim de apresentar um cenário concreto, relata-se a trajetória do Canto - EMAU da Universidade Federal do Ceará (UFC), desde seu surgimento em 2010 até o reconhecimento de seus reflexos em recentes Trabalhos Finais de Graduação (TFG) realizados por alunos membros do grupo, em especial no trabalho "Reconhecendo Emergências no Lagamar: proposta integrada de intervenção". Por fim, ressalta-se o potencial de transformação social alcançado na produção de TFG com foco em ações extensionistas, tanto no que diz respeito à produção de informações e seu empoderamento pelos movimentos sociais, quanto à continuidade desta postura no âmbito da atuação profissional. Esta perspectiva amplia-se com o contexto atual da política urbana do País, sendo este considerado um momento de grande relevância na busca por uma cidade democrática a partir dos ideais da Reforma Urbana.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária; Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU); Trabalho Final de Graduação (TFG); Assistência Técnica.

**Resumen:** El papel esencial que la Extensión Universitaria desarrolla en la Universidad se amplía en la producción de conocimiento de Arquitectura y Urbanismo teniendo en cuenta que el espacio urbano es su gran objeto de estudio y actuación, lo cual, en las ciudades brasileñas, se configura como territorio segregado, reflejo de las grandes disparidades sociales existentes. Frente este contexto, el presente trabajo busca abordar las influencias de la participación de estudiantes de graduación en actividades de Extensión Universitaria, en especial en las Oficinas Modelos de Arquitectura y Urbanismo (EMAU). Para eso, se presentan las principales temáticas direccionadas a las actividades de Extensión Universitaria en el ámbito de la arquitectura e del urbanismo, principalmente relacionadas con la consolidación del Derecho a la Asistencia Técnica y a su papel social. Con la finalidad de presentar un escenario concreto, se relata la trayectoria del Canto – EMAU de la Universidade Federal do Ceará (UFC), desde de su surgimiento en 2010 hasta el

reconocimiento de sus reflejos en recientes Trabajos Finales de Graduación (TFG), realizados por alumnos participantes del grupo, en especial el trabajo “Reconociendo Emergencias de Lagamar: propuesta integrada de intervención”. Por fin, se resalta el potencial de transformaciones sociales logradas en la producción de TFG con foco en acciones de Extensión Universitaria, tanto con respecto a la producción de informaciones y su empoderamiento por los movimientos sociales, como a la continuidad de esta postura en el ámbito de actuación profesional. Esta perspectiva se amplía con el contexto actual de la política urbana del País, considerado un momento de grande relevancia en la busca por una ciudad democrática a partir de los ideales de la Reforma Urbana.

**Palabras-clave:** Extensión Universitaria; Oficina Modelo de Arquitectura y Urbanismo (EMAU); Trabajo Final de Graduación (TFG); Asistencia Técnica.

**Abstract:** The essential role played by Extension Programs at the University increases in the production of knowledge in Architecture and Urbanism, once that urban space is its major object of study and action, in which Brazilian cities are configured as a segregated territory by great social disparities. In this context, the featured study discusses the effects of university extension activities participation to undergraduate students, especially in Model Offices of Architecture and Urbanism (EMAU). In this regard, the main themes presented are related to extension activities in architecture and urbanism, especially to the consolidation of the Right to Technical Support and its social role. In order to be a factual, this work presents a report on Canto – EMAU at the Universidade Federal do Ceará (UFC) development –, from its creation in 2010, to its effects on recent Undergraduate Final Projects (TFG) conducted by students members of the group, particularly in the study “Recognizing Emergencies in Lagamar: integrated proposal for intervention.” Finally, we highlight the potential for social transformation achieved by TFG production, with focus on extension activities, both regarding the production of information and its empowerment for social movements, and the continuity of this approach in the professional practice. This perspective is broadened by the current context of urban policy in Brazil, being considered a time of great importance in the search for a democratic city based on the precepts of the Urban Reform.

**Keywords:** University Extension; Model Office of Architecture and Urbanism (EMAU); Undergraduate Final Project (TFG); Technical Support.

## **OS REFLEXOS DA PARTICIPAÇÃO DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO EM ATIVIDADES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O CANTO E O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO "RECONHECENDO EMERGÊNCIAS NO LAGAMAR: PROPOSTA INTEGRADA DE INTERVENÇÃO"**

### **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

O que busca o extensionista não é estender suas mãos, mas seus conhecimentos e suas técnicas. (FREIRE, 1985, p.11)

#### **Breve histórico sobre a Extensão Universitária no Brasil**

Com base no Plano Nacional de Extensão Universitária sabe-se que no Brasil o histórico da Extensão Universitária é confundido com o próprio aparecimento das Universidades, visto que seu nascimento, no final do século XX, é conseqüente das demandas dos órgãos públicos, da sociedade e do potencial reconhecido em algumas áreas específicas de estudo.

No decorrer dos anos, principalmente com o aparecimento dos movimentos estudantis no início dos anos 60 e o fortalecimento da sociedade civil organizada na década de 80, as principais pautas das ações extensionistas ganham força, traçando uma nova concepção de Universidade baseada na redefinição das práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão até então vigentes. Com estes avanços, a Extensão passa a ser percebida dentro do tripé universitário como o elo articulador entre o Ensino e a Pesquisa, orientando e assessorando os movimentos sociais insurgentes.

Hoje, os princípios da Extensão são garantidos por instrumentos legais como a Lei 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Constituição Federal (1988) e Plano Nacional de Extensão Universitária (1999 – 2001). Nestes documentos pode-se encontrar um amplo apanhado a respeito da Extensão, desde sua conceituação e a indissociável relação com os demais eixos do tripé, passando ainda pela relação entre as esferas da Universidade e da sociedade e suas conseqüências no Ensino, especialmente na democratização do conhecimento.

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de

mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como conseqüências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (Plano Nacional de Extensão Universitária, 2001)

### **Extensão Universitária na formação do arquiteto e urbanista**

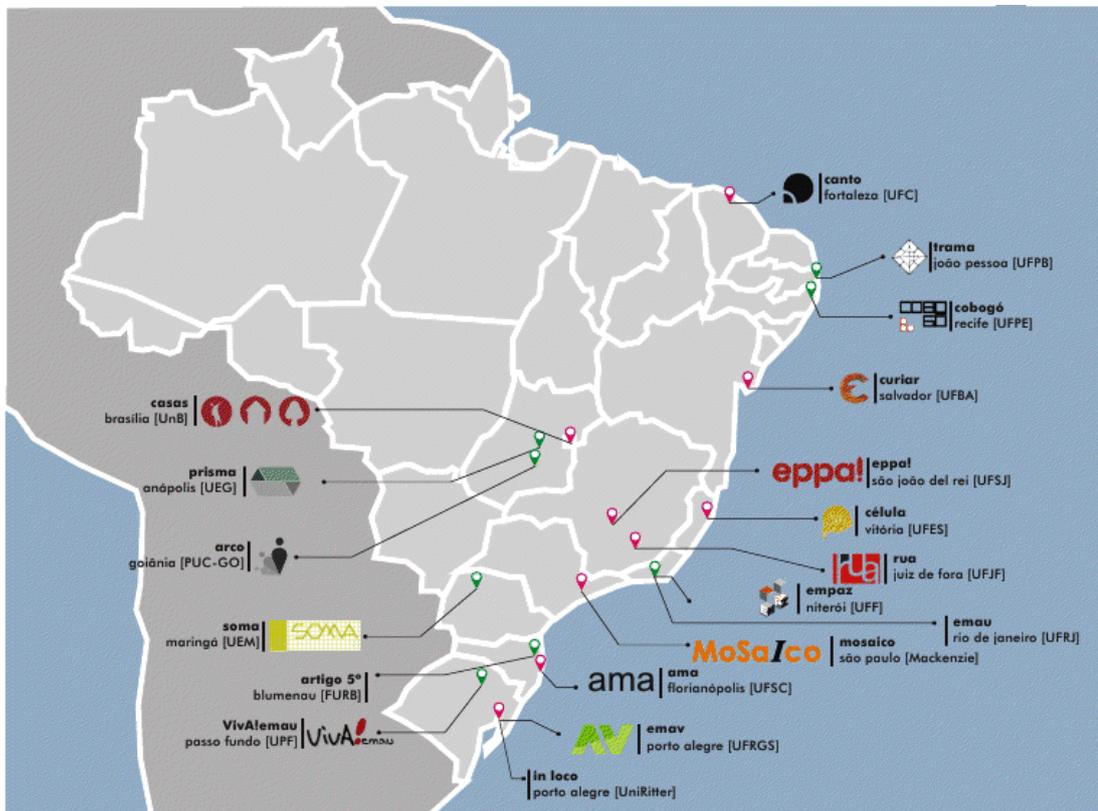
O papel essencial que a Extensão desenvolve na Universidade, ao transpassar seus limites físicos de ambientes de aprendizado formal e alcançar a realidade social, ganha maior destaque na produção do conhecimento das disciplinas que surgem da prática, como o caso da Arquitetura e do Urbanismo, classificada na área de conhecimento das ciências sociais aplicadas.

A prática da Extensão aproxima o saber teórico da vivência do espaço que o envolve, sendo este o objeto de estudo e trabalho do arquiteto urbanista. É importante ressaltar que o espaço urbano das cidades brasileiras torna-se especialmente complexo o que exige uma percepção ampla para seu entendimento, na medida em que reflete diretamente as suas complexas questões sociais. Das quais se destacam: a grande concentração de renda e o proporcional empobrecimento de grande faixa da população, a segregação de seus territórios entre formal e informal, com cerca de 70% das edificações sem acompanhamento técnico em suas construções (MARICATO, 2001), altos índices de vulnerabilidade social, baixa qualidade urbanística e dificuldade do poder público em gerenciar o que está além de sua capacidade administrativa, levando a graves problemas na garantia de direitos sociais básicos, como a moradia digna.

Como exemplo consolidado de Extensão Universitária destaca-se o projeto Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU). Este projeto surge nos movimentos estudantis de base, é promovido pela Federação Nacional de

Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FeNEA), e tem como objetivo central a busca pela melhoria da educação e da formação profissional, através da vivência social e da experiência teórica-prática. A atuação do EMAU visa estabelecer uma relação transformadora com a sociedade, afirmando assim a necessidade do carácter social do ensino Universitário. (Carta de Definição, 2007) A abrangência nacional do Projeto pode ser percebida na medida em que diversos EMAUs atuam distribuídos por diferentes cursos de Arquitetura e Urbanismo, inseridos em uma rede de diálogo constante, estruturada por eventos e espaços virtuais promovidos pela FeNEA. Atualmente, estão em atividade cerca de dezenove EMAUs.(Figura 01)

Figura 01: Inserção dos EMAUs pelo Brasil.



Fonte: Mapa elaborado durante o XV SeNEMAU, jul 2011. Disponível em [www.fenea.org/emaу](http://www.fenea.org/emaу).

Enquanto Extensão Universitária, os EMAUs desenvolvem projetos que buscam promover experiências de troca, nos quais os seus membros (alunos e professores universitários) levam às comunidades parceiras os conhecimentos adquiridos e produzidos na Universidade, retornando à comunidade acadêmica a experiência adquirida em suas atividades práticas, estabelecendo assim um canal de comunicação aberto. Além do princípio de troca e comunicação, os EMAUs seguem outras diretrizes, que têm como eixos éticos norteadores os quatro postulados da

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e União Internacional de Arquitetos para educação em Arquitetura e Urbanismo<sup>1</sup>. São eles: gestão estudantil, horizontalidade nas tomadas de decisões, coletividade, multidisciplinaridade, gestão sem fins lucrativos.

## O DIREITO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Os EMAUs inserem-se num contexto de fortalecimento do papel social do arquiteto, que tem como marco regulatório o reconhecimento legal do direito à Assistência Técnica pública e gratuita para projetos e obras como parte integrante do Direito à Moradia. A discussão em torno desse Direito teve seu início nos anos 1970, ganhando força na década seguinte com a abertura política e a aprovação da nova Constituição Federal, e se consolidando legalmente com a aprovação da Lei nacional 11.888 de 2008.

Uma das experiências pioneiras neste tipo de atuação é o programa Assistência Técnica para Moradia Econômica (ATME), que teve início em 1976, na cidade de Porto Alegre. O programa foi promovido pelo Sindicato dos Arquitetos em parceria com o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Porto Alegre (CREA), e teve como objetivo prestar Assistência Técnica para a população de baixa renda na construção de suas habitações.

Já na década de 1990, o debate em torno deste Direito ampliou-se e ganhou escala nacional, apoiando-se nos avanços obtidos pelos movimentos de Reforma Urbana e o consequente fortalecimento do terceiro setor, chegando às Universidades através da Extensão Universitária. Neste contexto, surgiram as primeiras experiências de Escritórios Modelos, ainda vinculados a atividades de melhoria e provisão habitacional por meio da autoconstrução por mutirão.

Após aprovação de algumas Leis municipais de Assistência Técnica e seu consequente fortalecimento como direito do cidadão e dever do poder público, outras grandes cidades brasileiras seguiram tal influencia e implementaram

---

<sup>1</sup> Garantir qualidade de vida digna para todos os habitantes dos assentamentos; Uso tecnológico que respeite as necessidades sociais, culturais e estéticas dos povos; Equilíbrio ecológico e desenvolvimento sustentável do ambiente construído; Arquitetura valorizada como patrimônio e responsabilidade de todos.

programas semelhantes. A amplitude alcançada pela Lei fez com que a Assistência Técnica fosse incorporada pela legislação nacional por meio do Estatuto da Cidade, no ano de 2001, no qual é apresentada como um instrumento de política urbana que deve ser oferecido gratuitamente para a população de baixa renda.

Tendo em vista que a moradia é posta como direito social pela Constituição da República desde 2000, a partir de uma Emenda Constitucional, a inserção do Direito a Assistência Técnica no Estatuto da Cidade<sup>2</sup> acontece por meio da abertura legal para a existência de Leis e atos para a regularização deste serviço. (CUNHA et al, 2007) Entretanto, apesar deste avanço, fazia-se ainda necessária a aprovação de uma Política Nacional e de uma legislação específica para a prestação de Assistência Técnica.

Esta demanda levou à aprovação da Lei 11.888 de 24 de dezembro de 2008, na qual é assegurado “o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto no art. 6 da Constituição Federal” (Lei 11.888, 2008). Na Lei é previsto que os serviços sejam prestados por profissionais arquitetos, urbanistas e engenheiros, que atuem como servidores públicos, autônomos, participantes de entidades sem fins lucrativos ou de programas de Extensão Universitária, como EMAUs. Este marco legal representa um grande avanço nas políticas habitacionais do Brasil e uma consolidação de diversas ações sociais (Figura 02).

---

<sup>2</sup> O Estatuto da Cidade é um dos grandes avanços dos movimentos de reforma urbana em busca da garantia do Direito à Cidade. Ele "estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental"(Cap. I, art. 1o, par. Único). E dispõe que "a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno funcionamento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana" (Cap.I, art. 2o)

Figura 02: Quadro síntese do processo de consolidação e aprovação como Lei do Direito à Assistência Técnica pública e gratuita

## SÍNTESE DO HISTÓRICO DA LEI

1976

Programa Assistência Técnica à Moradia Econômica (ATME)

1980

Experiências de AT, em regime de autogestão em São Paulo e fortalecimento dos movimentos sociais

até 1990

Aprovação de Leis municipais de AT, em Porto Alegre, campo Grande São Paulo, Vitória e Belo Horizonte

2001

Estatuto da Cidade inclui a AT gratuita dentre os seus instrumentos jurídicos e políticos

2008

Aprovação da Lei 11.888/08, na qual é assegurado às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social

Fonte: Quadro elaborado pelas autoras, jul 2013.

Já na atuação profissional, a legislação formaliza uma demanda anteriormente apontada pelos movimentos sociais, em especial de Reforma Urbana e Direito à Moradia, criando uma estrutura para que esta seja inserida no mercado formal e ampliando o campo de atuação de profissionais voltados para estas temáticas, reforçando o papel social do Arquiteto Urbanista. Configura-se, portanto, como um grande desafio que leva os profissionais a lançar mão de uma nova abordagem que una os seus conhecimentos técnicos aos saberes empíricos locais, utilizando-se de novas metodologias projetuais que incentivem a participação popular de forma democrática e o envolvimento de outras áreas do conhecimento diante da amplitude destas ações.

Em 2013, passados cinco anos de aprovação desta Lei, já são perceptíveis seus reflexos no espaço urbano e, principalmente, na evolução da prestação de seus serviços. A inserção dos EMAUs, enquanto extensão Universitária, como possíveis prestadores dos serviços é um grande reconhecimento da importância desta estrutura para a garantia do Direito à Moradia e reforça esta questão no âmbito acadêmico, impulsionando os grupos já consolidados e incentivando a formação de novos.

## CANTO – ESCRITÓRIO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UFC

Diante do contexto apresentado nos tópicos anteriores, da relevância da Extensão Universitária para o desenvolvimento da sociedade, do espaço urbano que a comporta e do avanço na garantia do direito à Assistência Técnica, será tratada neste tópico a experiência do Canto, EMAU da UFC, e os seus reflexos no processo de formação e graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo, com foco no Trabalho Final de Graduação "Reconhecendo Emergência do Lagamar: Proposta Integrada de Intervenção".

Institucionalmente na UFC, o Canto classifica-se como Programa de Extensão inserido no curso de Arquitetura e Urbanismo e formalizado em 2010. Antes de sua aprovação, ocorreram diversas reuniões para amadurecimento e desenvolvimento da proposta formatada pelo grupo fundador, além da busca por divulgar e refletir sobre a proposta do Escritório com o restante dos estudantes do curso. Outro fator importante neste início foi o diálogo constante com o corpo docente, a fim de alcançar a confiança e a credibilidade necessária para a concretização do Programa de Extensão junto às demais instâncias da Universidade.

O Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC foi fundado em 1965, sendo um dos mais antigos em funcionamento da região nordeste do País. Desde sua fundação, o curso tem desenvolvido ações notórias no campo do Ensino, porém sua atuação efetiva na sociedade tem sido restrita, em grande parte devido à carência de projetos plenos de Extensão, o que corrobora para as dificuldades da formação completa dos seus graduandos. (CARDOSO et al, 2011)

A pouca atuação do Curso na realidade urbana na qual se insere é ressaltada diante das diversas problemáticas latentes na cidade. Em Fortaleza, o processo de crescimento urbano segue a lógica nacional de migração de áreas rurais para os núcleos urbanos, que no contexto das extremas desigualdades sociais e ausência de políticas públicas habitacionais têm levado à precarização da moradia popular e à segregação socioespacial. Atualmente, a cidade encontra-se entre as cinco maiores do País, sendo a mais densa capital (IBGE, 2010) e estando também entre as mais desiguais (PEQUENO, 2009), possuindo cerca de 866 assentamentos precários (PLHIS-FOR, 2011).

A atuação do Canto é focada nesta faixa da população residente em áreas informais da cidade, que de maneira geral não consegue ter acesso à assistência técnica privada dado o seu alto custo de mercado e a baixa renda familiar. Enquanto Extensão Universitária, o Canto tem como princípio essencial o entendimento da Extensão como atividade de comunicação, proposto por Paulo Freire, na qual ambas as partes envolvidas estendem seus conhecimentos, e, através do diálogo constante, chega-se a uma forma de educação libertária e condizente com nossa realidade social, afirmando o compromisso de inserir a população nos processos criativos. (PROJETO, 2007)<sup>3</sup>

Este princípio se reflete na não hierarquização das relações interpessoais. Todos os participantes se organizam de maneira igualitária, desempenhando funções definidas coletivamente a partir das demandas existentes. Já na relação entre o grupo e as comunidades parceiras, são utilizadas metodologias de projeto participativo que enriquecem os processos de troca e produção de conhecimento, levando todos a atuar de maneira ativa no desenvolvimento das propostas. Portanto, valoriza-se o processo de troca como grande avanço e verdadeiro produto alcançado nas atividades desenvolvidas pelo Canto.

Reconhecendo a indissociabilidade da Extensão como parte do tripé no qual se baseia a Universidade, a atuação do Canto se expande ainda para as práticas da Pesquisa e do Ensino. A reflexão a respeito do contexto social no qual se insere e os estudos das metodologias empregadas nas atividades projetuais gera uma produção científica que apóia a prática e amplia a discussão a respeito da atuação do arquiteto urbanista no âmbito da Assistência Técnica. Por sua vez, a vivência prática do Canto alcança as disciplinas da grade curricular que têm utilizado de algumas atividades específicas, desenvolvidas ao longo dos processos projetuais, para proporcionar a vivência da teoria passada em sala de aula.

Diante da carência de atividades e projetos de Extensão no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC no período de início das atividades do Canto, este passou a ser, juntamente com o Centro Acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo (CACAU)

---

<sup>3</sup> O Projeto de Orientação a Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (POEMA) é desenvolvido pela FeNEA e é disponibilizado em [www.fenea.org/projetos/emaui](http://www.fenea.org/projetos/emaui). Ele visa orientar, caracterizar e estimular a criação e manutenção dos EMAUs, através da definição conceitual, dos princípios éticos, do histórico e das experiências de EMAUs.

e o Programa de Extensão Tutorial (PET), um dos poucos espaços nos quais os estudantes poderiam atuar como protagonistas na proposição de debates e iniciativas relacionadas à aplicação dos conhecimentos adquiridos em sala de aula. No seu início, a integração entre esses grupos resultou na organização de alguns eventos acadêmicos. Já com o amadurecimento dos debates, o engajamento de novos integrantes e o interesse de alguns professores, o Canto tornou-se um pólo de reflexão acerca de várias temáticas relacionadas, principalmente, ao papel social do Arquiteto e Urbanista, Direito à Cidade e Direito à Moradia, assuntos estes ainda com pouca abordagem dentro do curso. Numa escala nacional, esta rede de interação extrapola a escala do curso ao passo que integra um âmbito nacional por meio da participação dos integrantes do Canto em eventos promovidos pela FeNEA, em especial o Seminários Nacionais de Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo (SeNEMAU)<sup>4</sup>, que se configuram como momentos de formação, discussão e amadurecimento dos EMAUs (Figura 03).

Figura 03: Atividades realizadas durante o XIV SeNEMAU, na cidade de Vitória, ES.



Fonte: Fotos realizadas pelo Célula, EMAU da UFES, jul 2010.

Atualmente, com o grupo consolidado e atuante, observa-se um processo de renovação, no qual seus fundadores e membros presentes nos primeiros momentos encontram-se no período de conclusão da graduação e eminente inserção no

<sup>4</sup> Estes Seminários ocorrem anualmente em diversas cidade, tendo um EMAU como anfitrião e organizador do evento, e a FeNEA como promotora e atuando a partir de sua diretoria. No ano de 2012, o Canto realizou o XVI SeNEMAU como uma de suas ações de Extensão, buscando aprofundar a discussão para além da experiência prática do escritório, tanto no sentido de fomentar o debate acerca das fundamentações teóricas e procedimentos metodológicos, como no de ampliar a percepção acerca dos demais EMAUs e o seus papéis na sociedade. O Seminário teve como temática o entendimento do EMAU mais como modelo, que como escritório, entendendo sua inserção em um movimento contra-hegemônico. A construção do Seminário foi feita em parceria com outros grupos reconhecidos como parte deste movimento: coletivo de arte urbana (Selo Coletivo), coletivo de comunicação social (Olho Mágico), grupo de professores do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) e a Comunidade Lauro Vieira Chaves. Esta tem especial destaque pela construção de uma parceria com o Canto, não só na realização das atividades práticas do SeNEMAU, mas no desenvolvimento de outros projetos e debates a respeito do direito à moradia digna.

mercado de trabalho. Esta configuração de ciclo é característica aos movimentos estudantis, portanto comum aos demais EMAUs. Junto ao Canto, outros EMAUs passam atualmente pelo mesmo processo, como o Célula (EMAU da Universidade Federal do Espírito Santo) e o EMPAZ (EMAU da Universidade Federal Fluminense).

A vivência deste momento por diversos EMAUs possibilita percebermos o rebatimento, nos trabalhos finais de graduação, da participação dos alunos neste projeto enquanto ação de Extensão com forte caráter de reflexão e debate acerca das cidades. Estes reflexos destacam-se tanto nas fundamentações teóricas desenvolvidas como nos partidos projetuais adotados para as intervenções, muitas delas propostas em áreas informais autoconstruídas das cidades, que carecem historicamente de acesso aos serviços e infraestruturas urbanas e passam por processos de violações do Direito à Moradia Digna. Dentre estes trabalhos podemos destacar, na UFC: "Comunidade Lauro Vieira Chaves: Urbanizando o Informal" de Thais Sales (2012), "Em Busca de uma sustentabilidade socioambiental urbana: proposição para o bairro Serviluz simbólico" de Lara Barreira (2013) e "Reconhecendo Emergências no Lagamar: proposta integrada de intervenção" de Luciana Ximenes e Rebeca Maia (a ser abordado no próximo tópico deste artigo); na UFES: "Labirinto: o desafio do arquiteto urbanista - ética | política | cidadania | habitação | desejos | projetos" de Renan Grisoni (2012) e "Reconstrução do Espaço Público no morro de São Benedito, Vitória - ES" de Bruno Bowen (2011); por fim, na UFF: "Rio Maravilha: práticas, projetos políticos e intervenção no território no início do século XXI" de Lucas Faulhaber (2012)<sup>5</sup>.

#### “RECONHECENDO EMERGÊNCIAS NO LAGAMAR”: O DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO ENQUANTO CONTINUIDADE DAS PRÁTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Neste tópico será apresentado o trabalho final de graduação intitulado *Reconhecendo Emergências no Lagamar: proposta integrada de intervenção*. O

---

<sup>5</sup> Estes trabalhos finais de graduação encontram-se disponíveis para consulta e download a partir dos seguintes endereços eletrônicos, respectivamente: [issuu.com/thaisales/docs/tfgthaissales](http://issuu.com/thaisales/docs/tfgthaissales), [issuu.com/larabarreira/docs/0\\_completO\\_para\\_rede1](http://issuu.com/larabarreira/docs/0_completO_para_rede1), [issuu.com/luciana.ufc/docs/tfgreconhecendoemergencias](http://issuu.com/luciana.ufc/docs/tfgreconhecendoemergencias), [issuu.com/renan\\_grisoni/docs/labirinto](http://issuu.com/renan_grisoni/docs/labirinto), [issuu.com/brunobvn/docs/pg2recriacaodoespacopublico](http://issuu.com/brunobvn/docs/pg2recriacaodoespacopublico), [issuu.com/lucas.faulhaber/docs/tfg\\_lucasfaulhaber](http://issuu.com/lucas.faulhaber/docs/tfg_lucasfaulhaber).

interesse sobre os temas abordados neste trabalho surge como fruto das experiências vivenciadas em atividades acadêmicas extensionistas, dos quais se podem destacar as novas abordagens de processos projetuais, por meio da metodologia participativa e da interdisciplinaridade, as questões acerca do papel social do arquiteto e urbanista e a produção de desenhos urbanos que promovam a redução da segregação social. Tem-se como produto final uma proposta integrada de intervenção urbanística e habitacional para a área do Lagamar, comunidade localizada na cidade de Fortaleza, atingida por ações de remoções vinculadas à grandes obras de engenharia urbana e os megaeventos.

O trabalho em questão desenvolveu-se em dupla, sendo ambas as alunas integrantes e fundadoras do Canto. A opção por esta forma de desenvolvimento do trabalho vem do entendimento de que a prática em equipe é engrandecedora ao aprendizado acadêmico e possibilita o exercício da nova atuação do arquiteto urbanista diante da realidade urbana atual, além de consolidar as metodologias de processo criativo vivenciadas pelas autoras em suas atividades no projeto EMAU.

Esta opção possibilitou ao desenvolvimento do trabalho a abordagem de dois pontos de vistas complementares e indissociáveis, sendo cada um deles tratado mais aprofundadamente por cada autora. O primeiro ponto de vista relaciona-se à questão da habitação, mais especificamente ao Direito à Moradia digna e ao reconhecimento das soluções estabelecidas espontaneamente nos processos de autoconstrução; já o segundo aborda os espaços públicos como lugares em que as trocas e as relações sociais se constroem, ampliando, assim, as questões da função social da cidade e sua gestão democrática.

Ao longo do trabalho, é abordado o papel social do arquiteto urbanista no contexto do direito à Assistência Técnica, reforçando a importância da democratização do conhecimento técnico e da atuação profissional. São destacados os entraves e avanços relativos à regulamentação deste direito, enquanto legislação nacional, e as experiências de grupos que tem sua atuação guiada por esta temática, em âmbito profissional ou acadêmico, mostrando-se de grande importância para a contextualização do trabalho, sendo eles: Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião (Rio de Janeiro), USINA - Centro de Trabalho para o Ambiente Habitado (São Paulo), CEARAH Periferia - Centro de Estudos, Articulação

e Referência sobre Assentamentos Humanos (Fortaleza), Ambiens Sociedade Cooperativa (Curitiba), e o Canto (Fortaleza).<sup>6</sup>

São abordadas diversas escalas de intervenção no espaço urbano, desde as políticas públicas voltadas ao planejamento até as práticas urbanas criativas. Coloca-se uma reflexão sobre a necessidade de se tratar essas intervenções de forma inclusiva, valorizando os potenciais de seus diversos agentes e, como forma de ilustrar e fortalecer esta abordagem, são apresentados alguns exemplos de práticas de reordenamento de espaços públicos. Voltando-se para a moradia e suas implicações no processo de desenvolvimento das cidades, reforçam-se os significados deste elemento para o indivíduo e o seu papel no espaço urbano. Apresentam-se as variadas formas de construção da moradia, desde a produzida por profissionais até as que surgem em processos de autoconstrução, destacando a importância da integração entre ambas para o avanço em novos processos projetuais de moradia social.

As reflexões postas no trabalho são analisadas quanto ao seu rebatimento no espaço urbano a partir da escala do município de Fortaleza, tendo como foco o processo de favelização e o seu respectivo agravamento, promovido pela definição da cidade como sede de megaeventos esportivos nos próximos anos. Como ação emblemática deste contexto tem-se a proposta de implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Esta é a maior obra de mobilidade urbana prevista para Fortaleza enquanto cidade sede, gerando grandes impactos negativos, especialmente a violação de direitos humanos, em diversos assentamentos informais localizados ao longo de seu traçado. Entre estes assentamentos, destaca-se o Lagamar, comunidade tratada no trabalho final de graduação aqui apresentado.

---

<sup>6</sup> Deve-se destacar que a construção deste panorama teve grande influência da aproximação das autoras com os coletivos citados, por estes já terem participado como convidados em alguns dos SeNEMAUs, em especial no XVI SeNEMAU sediado pelo Canto, no qual as autoras participaram como membro da comissão organizadora.

Figura 04: Mapa de localização dos assentamentos precários ao longo do trajeto projetado para o VLT, atingidos por seu polígonos de desapropriação, com destaque para a comunidade do Lagamar.



Fonte: Mapa elaborado pelas autoras a partir de sobreposição do mapeamento de assentamentos precários do PLHISFOR à planta do projeto do VLT, de acordo com o seu Estudo de Impacto Ambiental, jul 2013.

A aproximação das autoras com esta questão se deu por meio de atividades do Canto no processo de regularização fundiária de algumas comunidades atingidas pelo perímetro de desapropriação da obra do VLT, realizadas em parceria com a Defensoria Pública do Estado do Ceará e movimentos sociais locais. Dentre as comunidades, o Lagamar destaca-se na sua mobilização social que tem como principais pautas a melhoria das condições urbanas e de moradia. Como confluência destes fatores, a comunidade foi definida também como objeto de estudo do Programa Direito à Arquitetura e ao Urbanismo: Zonas Especiais de Interesse Social e Assistência Técnica para HIS, que ocorreu ao longo do ano de 2012 e estabeleceu algumas parcerias com o Canto em atividades específicas.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> O Programa DAU - Direito à Arquitetura e ao Urbanismo: Zonas Especiais de Interesse Social e Assistência Técnica para HIS, ocorreu no ano de 2012 no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, a partir do instrumento Programa de Extensão Universitária - PROEXT, fomentado pelos Ministérios da Educação e das Cidades. O Programa foi coordenado por Luis Renato Bezerra Pequeno, tendo a participação

O Lagamar é um dos primeiros assentamentos informais da cidade de Fortaleza, possuindo localização central na malha urbana. Possui cerca de 10.150 habitantes (Dados Preliminares do PLHISFOR, 2012) e configura-se como uma comunidade com poucas áreas livres, alta densidade construtiva, alta vulnerabilidade ambiental e grande índice de inadequações habitacionais. Recentemente, foi inserida na legislação municipal como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS).

Figura 05: Registro do processo de ocupação da comunidade do Lagamar.



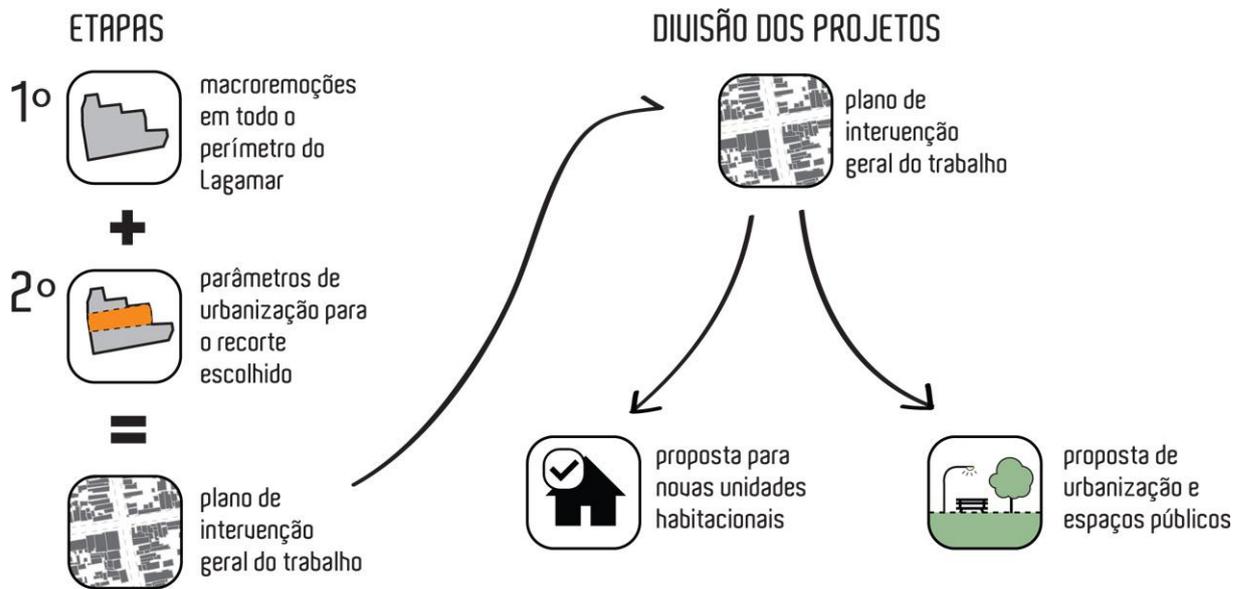
Fonte: Acervo Jornal O Povo.

As propostas apresentadas pelo trabalho para o Lagamar têm como base a área reconfigurada pelos polígonos de remoções pré-existent, resultantes tanto de sua inserção no tecido urbano, quanto das grandes obras previstas no entorno (tratadas no trabalho como macroestruturas urbanas), são eles: a faixa de Área de Preservação Permanente do Riacho Tauapé, a faixa de ampliação do corredor ferroviário prevista pela obra do VLT e a área a ser destinada para construção de um viaduto sobre a Avenida Raul Barbosa, lindeira à comunidade. A esta primeira etapa de intervenções é atribuído o nome de Macrorremoções (Figura 06).

---

também de Clarissa Freitas e Daniel Cardoso como coordenadores de projetos. Teve como objetivo central promover ações de Extensão atreladas ao Ensino e a Pesquisa, as quais visassem contribuir com a redução das desigualdades sócio-espaciais nas cidades do Estado do Ceará e a melhoria das condições de moradia. A comunidade do Lagamar foi uma das principais áreas trabalhadas no Programa, recebendo atividade de capacitação de lideranças comunitárias sobre o instrumento da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) e elaboração de um quadro de diretrizes para o plano urbanístico de regulamentação da ZEIS do Lagamar.

Figura 06: Esquema acerca das etapas de desenvolvimento do trabalho, descritos anteriormente.



Fonte: Imagem elaborada pelas autoras, dez 2012.

Em sua segunda etapa propositiva, o trabalho trás como uma de suas contribuições a formulação de parâmetros de urbanização para a comunidade do Lagamar, compostos por um conjunto de diretrizes que se aplicam no espaço na forma de um plano urbanístico. As diretrizes estruturam-se por meio de temáticas conceituais, que abarcam ações destinadas à melhoria da qualidade urbana e social da área: habitabilidade (Figura 7), permeabilidade (Figura 8) e sociabilidade (Figura 9). A partir da aplicação destas diretrizes em um novo recorte espacial, tendo em vista uma maior apropriação da área de trabalho, foi elaborado um desenho do plano geral de intervenção (Figura 10). Com o espaço reconfigurado e as diretrizes estabelecidas, chegou-se às propostas projetuais focadas em dois eixos: tratamento dos espaços públicos e provisão de novas unidades habitacionais.

**Figura 07: Quadro de diretrizes de habitabilidade**

Habitabilidade		
Diretrizes referentes à remoção	Diretrizes referentes às novas unidades habitacionais	Diretrizes gerais
Devem ser removidas todas as unidades habitacionais com área construída menor que 30m <sup>2</sup> como estratégia de desadensamento das quadras, melhoria das condições de moradia destas famílias e liberação para espaços de uso público;	As novas habitações devem garantir: Salubridade, por meio de estratégias de conforto; Flexibilidade, por meio de diversidade tipológica, possibilidade de crescimentos da tipologia ao longo dos anos e presença de cômodos que abrigem usos flexíveis dentro da unidade; Conectividades com espaços públicos, por meio da proximidade espacial e/ou permeabilidade visual com estes espaços;	Realização de melhorias habitacionais, por meio de programas municipais de microcrédito para reforma aliado à assistência técnica de arquitetura, urbanismo e engenharia, nas casas com déficit qualitativo e que não sofrerão remoções por adensamento ou salubridade;
A partir de análise caso a caso, deve ser dada prioridade de remoções das unidades habitacionais de menor porte, especialmente as que possuem área entre 30 e 40m <sup>2</sup> , por serem consideradas as habitações de maiores índices de precariedade;		Deverão ser regularizadas as ligações de lançamento de esgoto domiciliar às devidas redes coletoras públicas, garantindo a eficiência do sistema;
Devem ser removidas as unidades habitacionais em situação de precariedade de salubridade, devido ao adensamento e a impossibilidade de aberturas de esquadrias que possibilitem o conforto dos ambientes internos das moradias, serão realizadas remoções estratégicas;	Quanto aos parâmetros de ocupação do lote, a taxa de ocupação máxima para novas unidades deve ser de 80%, como indicado na proposta de normatização da ZEIS; a dimensão mínima para as testadas de lotes deve ser 3,6m; e o recuo de fundo deve ser obrigatório, com dimensão mínima de 2m;	Deverá ser inserida vegetação, dando prioridade a espécies frutíferas e nativas, nas áreas não edificadas dos lotes como estratégia de controle da taxa de ocupação e favorecimento do conforto ambiental e microclima do conjunto;
		O gabarito das edificações deve seguir as indicações de acordo com a dimensão das vias, não excedendo a altura de 9m para a laje de piso da caixa d'água;

Fonte: Imagem elaborada pelas autoras, dez 2012.

**Figura 08: Quadro de diretrizes de permeabilidade**

Permeabilidade	
Diretrizes gerais	Diretrizes para hierarquização viária
Devem ser fatores preponderantes para definição do sistema viário (traçado, abertura e alargamento de vias) a viabilização da implantação e operação da rede de esgotamento e coleta de lixo;	Vias principais: são vias internas ou limitrofes ao assentamento, com dimensões mínimas de 9m, destinadas à circulação de veículos automotores, cuja função primordial é a integração do assentamento à malha viária formal da cidade, com a garantia de acesso a todos os serviços urbanos, como coleta de lixo, transporte público, etc;
As vias principais e secundárias devem ter ciclofaixa e a devida sinalização para o fluxo de ciclistas;	
Todas as tipologias de vias, exceto a principal, devem ter tratamento com pavimentação em piso intertravado;	Vias secundárias: São vias internas ao assentamento, com dimensões mínimas de 7m, cuja função primordial é permitir o acesso a veículos de pequeno porte e aos serviços urbanos eventuais, especialmente os veículos de emergência;
Todas as vias devem ser dotadas de passeio com acessibilidade universal; Os passeios devem abrigar a vegetação urbana e iluminação pública adequada ao tráfego indicado de acordo com o tipo de via;	
Os passeios das vias mistas e de pedestres devem ser utilizados para geração de percursos direcionados aos espaços públicos;	Vias mistas: São vias internas ao assentamento, com dimensões mínimas de 4m, cuja função é a circulação preferencial de pedestres, desde que resguardadas, pelo desenho, a possibilidade de acesso local e eventual de veículos de pequeno porte aos lotes;
Devem ser implantadas estratégias de traffic calming, como a utilização de sinalização de pedestre e bicicleta, faixas elevadas, balizadores, dentre outros, em todas as vias com ênfase nos cruzamentos entre duas vias principais e entre uma via principal e o eixo ferroviário;	
Deve ser mantida a permeabilidade visual através do eixo ferroviário, além de reforçar o uso desse eixo, já existente na comunidade, como espaço de circulação e estar da comunidade;	Vias de pedestres: São vias internas ao assentamento, com dimensões mínimas de 2m e geometria que possibilite a implantação de infraestrutura, cuja função primordial é permitir acesso exclusivo de pedestres;
Deve ser promovida a integração norte-sul da comunidade valorizando o riacho como elemento paisagístico, por meio de projeto que contemple a passagem de pedestres e veículos de pequeno porte;	

Fonte: Imagem elaborada pelas autoras, dez 2012.

**Figura 09: Quadro de diretrizes de sociabilidade**

Sociabilidade		
Diretrizes margem do riacho	Diretrizes áreas intraquadras	Diretrizes para infraestruturas urbanas gerais
O tratamento das margens do Riacho Tauape deve contemplar a implantação de um parque linear, servindo como zona de amortecimento dos impactos e riscos ambientais causados ao longo dos anos e como parte do sistema de drenagem proposto para a comunidade;	Áreas de uso público localizadas intraquadra devem ser não edificáveis, garantindo assim a estratégia de desadensamento da comunidade, a preservação de áreas verdes para criação de microclimas agradáveis;	Deve ser mantida uma via de acesso junto ao riacho, viabilizando a implantação da estrutura da rede de esgoto e a manutenção e limpeza do canal; Em vias menores de 5m de largura e com tráfego de veículos, devem ser adotadas canaletas centrais com grades para drenagem superficial;
Deve ser criado um sistema de drenagem por meios de bacias estocagem e valas de infiltração, que podem absorver diversos usos de interesse da comunidade, como por exemplo hortas comunitárias, praças, campos esportivos;	Deve haver intergração das áreas de uso público de pequeno porte com o sistema de circulação proposto e com os núcleos habitacionais, seja de forma direta ou visual;	As vias devem ser atendidas por redes diferentes as águas servidas da drenagem pluvial e o esgoto; O sistema de esgotamento da comunidade deve se integrar a rede de esgotamento da cidade, recebendo o devido tratamento e destino final;
	Deve ser garantida a segurança destes espaços por meio da implantação de iluminação adequada para o espaço e permeabilidade visual com o entorno;	Os espaços públicos devem ser utilizados para promoção e preservação do meio ambiente natural;
Deve ser garantida a flexibilidade dos espaços públicos a partir de sua infraestrutura e mobiliário;	A coleta de resíduos sólidos deve ser integrada ao serviço de coleta municipal, devendo ser verificada a necessidade de maior frequência de coleta na área; Devem ser utilizados veículos de coleta de menor porte para garantir acesso deste serviço às vias da comunidade, aumentando a quantidade de lotes atendidos pelo percurso do caminhão e evitando pontos de acúmulo de lixo;	

Fonte: Imagem elaborada pelas autoras, dez 2012.

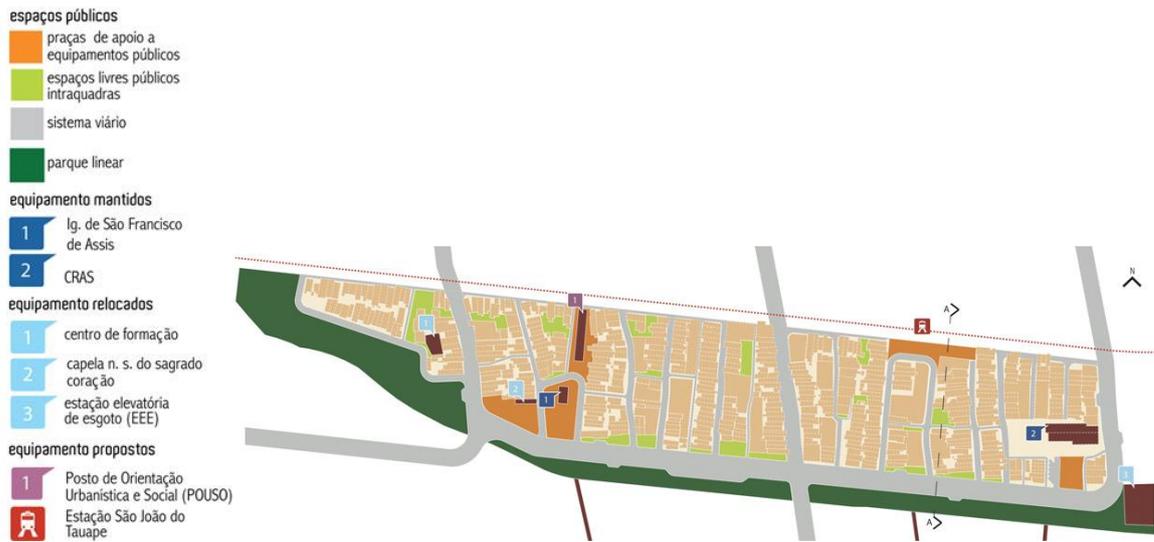
Nas propostas elaboradas para o tratamento dos espaços livres públicos tem-se como alicerce a identificação e o fortalecimento dos potenciais locais a partir da inserção das práticas sociais no processo de reconfiguração destes espaços. Para tanto, são identificados os espaços com capacidade de abrigar as práticas sociais pré-existentes e que possuem abertura para receber novos objetos que estimulem o fortalecimento da rede social locais. As primeiras intervenções propostas voltam-se principalmente para a garantia do acesso aos serviços de infraestrutura urbana, consideradas como a base para as demais intervenções. Neste processo, é configurada uma rede de espaços livres públicos, composta por espaços de usos flexíveis e de diferentes escalas, que por sua vez estruturam o sistema de drenagem local (Figuras 10 e 11). É proposta ainda a inserção de novos equipamentos públicos e a valorização dos já existentes, reconhecendo-os como catalizadores da mobilização e da garantia aos direitos sociais.

**Figura 10: Masterplan propositivo**



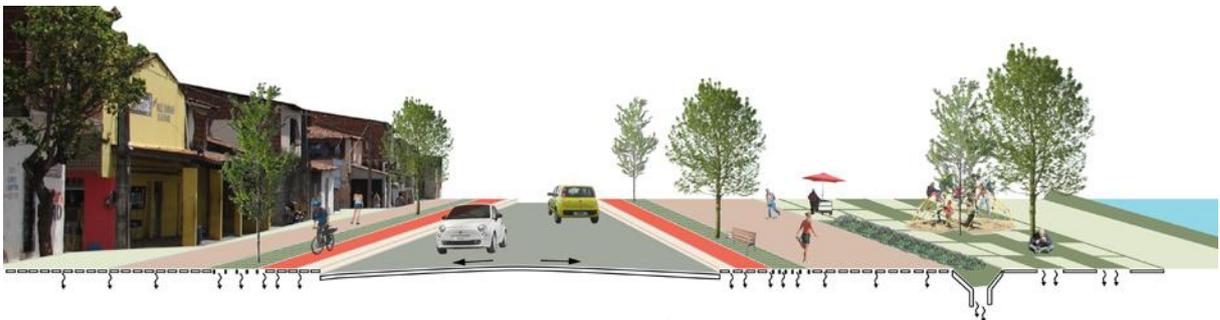
Fonte: Mapa elaborado pelas autoras a a partir de base cartográfica do município, dez 2012.

**Figura 11: Plano geral de tratamento de espaços livres e equipamentos públicos**



Fonte: Mapa elaborado pelas autoras a a partir de base cartográfica do município, dez 2012.

**Figura 12: Corte esquemático da proposta de urbanização da via Beira Rio.**



Fonte: Imagem elaborada pelas autoras, dez 2012.

Nas propostas para as novas unidades habitacionais, busca-se garantir pontos importantes como: (1) salubridade, por meio de estratégias de conforto; (2) flexibilidade, por meio de diversidade tipológica, possibilidade de crescimentos da tipologia ao longo dos anos e presença de cômodos que abriguem usos flexíveis dentro da unidade; (3) conectividades com espaços públicos, por meio da proximidade espacial e/ou permeabilidade visual com estes espaços. Optou-se pelo uso da metodologia Open Building<sup>8</sup> associada à Teoria dos Suportes<sup>9</sup>, resultando num processo de projeto diferenciado, no qual as unidades foram geradas por consequência de módulos baseados nas formas de morar percebidos na etapa de diagnóstico (Figura 13). Agregam-se ao processo de projeto as demandas de densidade e reassentamentos, consequentes das etapas anteriores de macro e micro remoções, desta forma sendo possível o entendimento das tipologias e da quantidade de unidades necessárias ao projeto. Ao final, simula-se a implantação de três blocos de unidades numa quadra destinada ao uso habitacional, de acordo com os parâmetros propostos ao longo do trabalho (Figura 14).

---

<sup>8</sup> O Open building é uma abordagem para a construção de edifícios, na qual defende o reconhecimento da mutabilidade dos ambientes construídos, afirmando que estes não são objetos estáticos; e reconhecendo a importância das decisões e colaboração coletivas para a concepção do projeto. Em resumo, tem-se como premissas principais os seguintes itens: (1) os processos do projeto e da construção do espaço devem ser decididos por seus usuários e pelos diversos profissionais e participantes envolvidos; (2) as soluções técnicas devem permitir a substituição de sistemas, mas preservando as funções do todo; (3) o ambiente construído deve ser compreendido como um produto em evolução e passível de constante transformação.

<sup>9</sup> Idealizada pelo holandês Nicolaas John Habraken e apresentada em seu livro *Supports: an alternative to mass housing* (1972). Na teoria dos suportes existem dois elementos básicos, o suporte, construção que abriga a moradia com base nos arranjos do usuário, sendo dotada de sistema estrutural e infra-estrutura básica de iluminação, instalações e circulação; e o recheio, os espaços no qual o usuário ocupa definitivamente a unidade habitacional, podendo modificá-la de acordo com a proposta de evolução e flexibilidade de cada projeto.

Figura 13: Exemplo de tipologia e modulação utilizada no projeto.

**Módulos**



1,20m x 1,20m (1,44m<sup>2</sup>)

esse módulo se destina a espaços de conexão entre cômodos, podendo não existir nas fases iniciais da unidade;



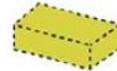
1,20m x 2,40m (2,88m<sup>2</sup>)

esse módulo se destina à áreas de uso específicos, como lavanderias e banheiros. As cozinhas de unidades pequenas também podem estar nesse módulo;



2,40m x 2,40m (5,76m<sup>2</sup>)

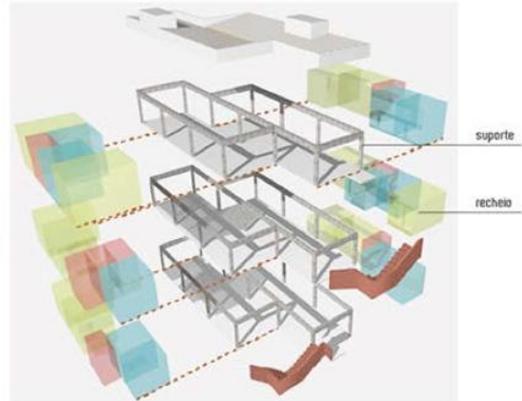
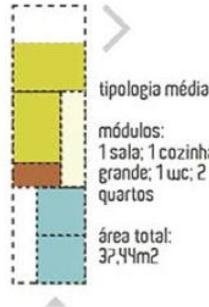
esse módulo se destina a salas e cozinhas de unidades maiores, no qual se localiza sala de jantar, correspondendo aos usos gerais;



3,60m x 2,40m (8,64m<sup>2</sup>)

esse módulo se destina a salas ampliadas e quartos, correspondendo aos usos especiais;

**Possibilidades para tipologias térreas**



Fonte: Ilustração produzida pelas autoras, dez 2012.

Figura 14: Simulação de implantação de três blocos de unidades habitacionais.



Fonte: Ilustração produzida pelas autoras a partir de base cartográfica do município, dez 2012.

Entende-se que a produção deste Trabalho Final de Graduação enquanto proposta integrada tem como grande mérito o seu processo, sendo o produto final uma consequência dos avanços e das dificuldades vivenciadas. Ressalta-se ainda a identificação de uma latente possibilidade de replicação deste processo em outros contextos urbanos semelhantes ao da comunidade do Lagamar. Isto se deve aos métodos de projeto adotados, nos quais são utilizados conceitos de flexibilidade e adaptabilidade, ao passo que se modificam de acordo com as demandas encontradas, e à metodologia de trabalho pautada na comunicação no âmbito da construção do conhecimento, tanto entre as autoras como na relação com a comunidade envolvida.

## AS PERSPECTIVAS NA PRÁTICA PROFISSIONAL

A experiência apresentada neste artigo reforça a emergência de se reconhecer o produto final da graduação como parte do processo de formação do conhecimento Universitário, sendo, portanto balizado por seu tripé: Pesquisa, Ensino e Extensão.

Como relatado neste artigo, a inclusão das temáticas abordadas na Extensão Universitária como protagonista em Trabalho Finais de Graduação possui grandes potenciais para a produção de informações à serem utilizadas pelos movimentos sociais que possuem como pautas as questões urbanas, em especial o Direito à Cidade. Desta forma, a sistematização de dados, a produção de informações e as propostas ultrapassam a escala do conhecimento acadêmico tradicional, podendo ser consideradas um serviço de Assistência Técnica aos movimentos sociais insurgentes, influenciando diretamente o seu contexto social.

O alcance desta postura se amplia com a perspectiva da sua continuidade no âmbito da atuação profissional. Reconhece-se nos arquitetos urbanista recém egressos das Universidades, que tiveram em sua formação a experiência da atuação no projeto EMAU, uma nova postura em relação ao papel social da profissão. Postura esta fortalecida por alguns fatores dos quais se destacam o momento favorável da economia do País, a existência de políticas sociais e recursos financeiros públicos para as questões urbanas e os recentes avanços jurídicos da política urbana em âmbito nacional, como o Estatuto da Cidade e a Lei de Assistência Técnica.

Desta forma, ressalta-se que cabe aos movimentos sociais urbanos e aos técnicos vinculados à prática da Extensão Universitária a garantia do direito à Assistência Técnica e vislumbre da grande possibilidade de mudança social neste momento do qual vêm tomando parte. Tendo em vista que, assim como colocado por Carlos Vainer, este é um "momento histórico", onde os ideais da Reforma Urbana em busca de uma cidade democrática podem ganhar força e isto já pode ser sentido pelas vitórias significativas conseguidas até hoje.

Temos a possibilidade de estar sendo protagonistas de um momento histórico de nossas cidades porque estamos tomando parte num processo em que a utopia da cidade democrática pode começar a se concretizar. Eu diria mesmo: em que a utopia da cidade democrática, de maneira ainda parcial, segmentada, localizada, começa, aqui e ali, a se concretizar. (...) Nestas experiências, apesar de todas as suas limitações, tem-se a vivência concreta da idéia, propalada a partir do Fórum Social Mundial, de que um outro mundo é possível... o que pode perfeitamente ser traduzido por: uma outra cidade é possível. (VAINER, 2005, p. 140)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil (2008) Lei n. 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura as famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no. 11.124, de 16 de junho de 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.html)>.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** – PNE – Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001.

CARDOSO, Daniel Ribeiro et al. **A experiência do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da UFC - Canto**. in: V Congresso Brasileiro de Extensão Universitária - As fronteiras da Extensão, 2011, Porto Alegre - RS. Anais.

CARTA de definição. FeNEA, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<http://www.fenea.org/projetos/EMAU>>

CEARÁ, Governo do Estado do. Secretaria do Trabalho de da Ação Social, **Assentamentos subnormais em Fortaleza**, Fortaleza, 1991.

CUNHA, Egláisa Micheline Pontes; ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de; MEDEIROS, Yara. **Experiências em habitação de interesse social no Brasil**. Brasília : Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2007.

FORTALEZA, PREFEITURA MUNICIPAL DE. **Plano Local de Habitação de Interesse Social**, 2011.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?**, 1985

MARICATO, E. Brasil, **cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, Vozes, 2001.

PEQUENO, Luiz Renato Bezerra; ARAGÃO, Thêmis. **Dimensão Habitacional da Região Metropolitana de Fortaleza**. in PEQUENO, Luiz Renato Bezerra (org.) Como Anda Fortaleza. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.

PROJETO de Orientação a Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo. FeNEA, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<http://www.fenea.org/projetos/EMAU>>

VAINER, Carlos. **Planejamento Urbano Democrático no Brasil Contemporâneo**. in ERBA, Diego Alfonso; OLIVEIRA, Fabrício Leal de; LIMA JUNIOR, Pedro Novais (orgs). Cadastro multifinalitário como instrumento da política fiscal e urbana. Rio de Janeiro, 2005.